

Independente na Constituinte

BRASÍLIA — Logo após o anúncio oficial de sua vitória na disputa pela liderança do PMDB na Constituinte, o Senador Mário Covas reiterou sua disposição de defender a independência partidária em relação ao Governo federal, no que diz respeito aos trabalhos constituintes, e de lutar contra a validade da Aliança Democrática nas votações da Assembléia.

— A Constituição tem um caráter permanente e, portanto, não pode ser balizada por fatores que são temporários — disse, acrescentando considerar "pouco apropriada" que seja mantida a Aliança Democrática durante os trabalhos da Assembléia Constituinte.

Havendo pontos coincidentes entre PMDB e PFL na Constituinte, os dois partidos poderão caminhar juntos. Mas o PMDB não poderá, segundo defendeu o novo Líder, "abdicar dos seus compromissos históricos com as causas populares em favor de um acordo".

Nessa postura do Senador — repetida ao longo de sua campanha eleitoral — não está, contudo, implícita a defesa de um rompimento ou mesmo de apoio crítico do PMDB ao Governo federal. Sua tese compreende a diferenciação nítida das relações entre partido congressional-Governo e partido constituinte-Governo.

— O PMDB é Governo e está no Governo, mas a relação durante a Constituinte deve ser conduzida de forma isolada da luta cotidiana — salientou.

Este sentimento em relação à luta histórica do partido também se manifestou quando o novo Líder abordou a reforma ministerial que o Presidente José Sarney deverá empreender no próximo mês. Ele entende que a composição do Ministério deve ser norteada pelo caráter político e não por um critério meramente numérico.

— O PMDB, entretanto, não deve abrir mão dos seus compromissos históricos. E o Governo, que tem na pessoa do Presidente Sarney um homem do PMDB, deve se pautar por esses compromissos — enfatizou Mário Covas.

Sua disposição de buscar a conciliação também ficou clara ao referir-se à pregação do Presidente Sarney



Covas defende Aliança só nas coincidências

em favor da definição imediata da duração do seu mandato. Covas reiterou sua posição por um mandato de quatro anos para Sarney — "é um bom período para se concretizar a transição democrática" — mas admitiu a existência de uma tendência por um mandato de cinco anos.

A despeito de sempre ter-se mostrado contrário à precipitação do debate em torno da duração do mandato de Sarney, entendendo que esta definição deveria ocorrer por ocasião da deliberação sobre o capítulo das disposições transitórias da Constituição, Mário Covas não descartou a possibilidade da antecipação da discussão para atender a um apelo do Presidente que, como acentuou, "é membro do PMDB".

O Senador Mário Covas fez estas declarações várias vezes ontem, antes e após o anúncio do resultado oficial da votação. Ele chegou ao auditório Nereu Ramos às 9h20m, sendo bastante cumprimentado por Deputados e Senadores. Depois de seu discurso, saiu para almoçar no restaurante do Senado, retornando ao local da votação quando o Presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, dava início ao processo de apuração.

Depois de ser efusivamente aplaudido e cumprimentado pela vitória, e de conceder várias entrevistas, Covas dirigiu-se ao seu gabinete no Senado, antes de atender a um chamado de Ulysses Guimarães para "entrar em entendimentos".

— Tenho que, primeiro, abraçar a Lila (sua mulher).

Deputados criticam partido e Ulysses

BRASÍLIA — O Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, da Câmara dos Deputados e do PMDB, Ulysses Guimarães, fechou a cara quando o Deputado Domingos Leonelli (BA), pediu-lhe que colocasse em votação uma moção cobrando do Governo uma proposta econômica, já que a última apresentada custou a demissão do Ministro João Sayad. Leonelli foi um dos peemedebistas que, ontem, na reunião da bancada para escolher o Líder do partido na Constituinte, questionaram a atuação de Ulysses.

Antes que os candidatos Mário Covas e Luis Henrique subissem à tribuna, Ulysses foi posto na berlinda. Primeiro, pelo Deputado Samir Achoa (SP), que acusou-o de "apoiar uma política econômica que desgasta o partido nas ruas". Depois de Leonelli, José Mendonça de Moraes (MG) previu que, nas próximas eleições municipais, se o PMDB continuar na mesma trilha, "será degolado".

— O povo sabe que ninguém está trabalhando em Brasília e que aqui é o lugar de receber o pagamento no banco e retirar as passagens aéreas, sangrando o Tesouro. Assim, se não pagarmos com o pescoço, pagaremos com a nossa honra política.

Em seu primeiro mandato, o Deputado Paulo Ramos (RJ) disse que a sociedade tem razão ao responsabilizar o PMDB pela crise econômica e social e acusou o partido de, sob a direção de Ulysses Guimarães, não assumir sua parcela de responsabilidade no Governo. Lembrando a ocupação das refinarias de petróleo por tropas do Exército, considerou que o PMDB fez "vista grossa".

Ulysses Guimarães foi lacônico nas respostas. Disse aos jornalistas que apenas algumas críticas eram justas e que outras resultavam da desinformação dos que as formularam. Contestou especialmente os que o apontam como responsável pelo desgaste do PMDB, afirmando que contribuiu decisivamente para a vitória nas eleições. E garantiu que não exclui segmentos do partido das negociações.

— O partido tem uma literatura que fixa posições claras sobre assuntos como a reforma agrária e outros. Há debates, reuniões, simpósios, tivemos um encontro com os Governadores recentemente, um Congresso Nacional do partido. De forma que vamos continuar os contatos, realizando novos seminários e reciclando propostas. Vamos desenvolver um trabalho de ampla atuação partidária — afirmou.

Sepúlveda apela ao STF contra salário de 'marajás'

BRASÍLIA — Após reunir-se ontem em seu gabinete com o Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães; com os Ministros da Justiça, Paulo Brossard; e da Administração, Aluizio Alves; e com o Governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, o Procurador-Geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence anunciou que entra hoje com representação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), arguindo a inconstitucionalidade das Leis do Estado de Alagoas que beneficiam os chamados "marajás".

Pertence vai tentar sustar o pagamento desses funcionários, que chegam a ganhar Cz\$ 370 mil mensais, através de medida cautelar. O Procurador-Geral da República vai alegar "prejuízos irreparáveis pa-

ra os cofres públicos do Estado".

Ulysses considera que a representação do Ministério Público tem procedência e garantiu que a futura Constituição não deverá admitir desmandos e irregularidades como estas.

Para ele, é estarrecedor que em um País com tantos problemas, funcionários do Governo estejam recebendo salários desse nível, pagos pelo povo.

Sepúlveda Pertence já entrou com representação uma vez junto ao Supremo Tribunal Federal sobre o mesmo assunto e conseguiu que o órgão federal sustasse o pagamento dos "marajás", mas estes, através de legislação ordinária e emendas à Constituição do Estado, conseguiram que o pagamento fosse efetuado.

A representação visa derubar as novas leis.